



LINGUAGEM NEUTRA DO PONTO DE VISTA DO GÉNERO

no Parlamento Europeu

PREFÁCIO

Em 2008, o Parlamento Europeu foi uma das primeiras organizações internacionais a adotar orientações multilingues para a utilização de uma linguagem neutra do ponto de vista do género. Muito me apraz que, desde então, muitas outras instituições e organizações tenham adotado diretrizes semelhantes. Por ocasião do décimo aniversário das referidas orientações, e a fim de refletir a evolução a nível linguístico e cultural, o Grupo de Alto Nível sobre a Igualdade de Género e a Diversidade solicitou aos serviços do Parlamento que atualizassem as orientações relativas à linguagem neutra do ponto de vista do género, que incluem conselhos práticos em todas as línguas oficiais sobre o uso de uma linguagem inclusiva e equitativa sob este ponto de vista.

Em nome do Grupo de Alto Nível, acolho com muito agrado esta edição atualizada das orientações relativas à linguagem neutra do ponto de vista do género, que são fruto de uma estreita colaboração entre os serviços linguísticos e administrativos relevantes.

O Parlamento Europeu mantém-se empenhado, como sempre esteve, na defesa da utilização de uma linguagem neutra do ponto de vista do género, tanto na sua comunicação oral, como escrita, pelo que convido os serviços competentes a sensibilizarem o seu pessoal para a versão atualizada das orientações, bem como para a importância de estas serem levadas à prática nas publicações e comunicações parlamentares.

2

Dimitrios Papadimoulis

Vice-Presidente

Presidente do Grupo de Alto Nível sobre a Igualdade de Género e a Diversidade



O QUE SE ENTENDE POR NEUTRALIDADE DE GÉNERO NA LINGUAGEM?

A linguagem neutra do ponto de vista do género é um conceito genérico que se refere à utilização de linguagem não sexista, de linguagem inclusiva ou de linguagem equitativa do ponto de vista do género. O objetivo de uma linguagem neutra do ponto de vista do género consiste em evitar a escolha de termos suscetíveis de serem interpretados como tendenciosos, discriminatórios ou pejorativos ao implicarem que um sexo ou um género social constitui a norma. A utilização de uma linguagem equitativa e inclusiva do ponto de vista do género contribui igualmente para reduzir os estereótipos de género, para promover mudanças sociais e para alcançar a igualdade de género.

A linguagem neutra ou inclusiva do ponto de vista do género é mais do que uma questão de correção política. A linguagem reflete e influencia profundamente atitudes, comportamentos e perceções.

A fim de garantir a igualdade de tratamento entre todos os géneros, têm sido empreendidos esforços desde a década de oitenta no sentido de propor a utilização de uma linguagem não sexista, neutra e equitativa do ponto de vista do género, de modo a evitar prerrogativas relacionadas com o género e a perpetuação de preconceitos relativos a qualquer género.

3

No âmbito destes esforços, foram elaboradas e postas em prática numerosas orientações à escala nacional e internacional ao longo da última década. Instituições internacionais e europeias (como as Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia), associações profissionais, universidades, importantes agências noticiosas e publicações adotaram orientações relativas à utilização de uma linguagem não sexista, tanto sob a forma de documentos especialmente dedicados ao tema, como através da introdução de recomendações específicas nos respetivos códigos de redação. Na União Europeia, muitos Estados-Membros realizaram debates sobre políticas linguísticas e propuseram orientações desta natureza a vários níveis.



LINGUAGEM NEUTRA DO PONTO DE VISTA DO GÉNERO NO PARLAMENTO EUROPEU

1. CONTEXTO GERAL

O princípio da igualdade de género e da não discriminação em razão do género está profundamente enraizado nos Tratados e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, tendo sido reiterado pelo Parlamento Europeu em diversas ocasiões. A linguagem que se utiliza no Parlamento deve, por conseguinte, refletir este desiderato.

Com este propósito em mente, pretende-se com as presentes orientações garantir, tanto quanto possível, a utilização de uma linguagem não sexista e inclusiva do ponto de vista do género nos documentos e nas comunicações do Parlamento, em todas as línguas oficiais.

Estas orientações não têm por objetivo vincular os autores no Parlamento Europeu a um conjunto de regras de carácter obrigatório, mas sim incentivar os serviços administrativos a terem em devida conta a questão da sensibilidade de género na linguagem no âmbito da redação, da tradução ou da interpretação.

Cumpre, naturalmente, salientar que os tradutores devem reproduzir os textos de forma fiel e rigorosa na sua própria língua. Quando um autor utilizar deliberadamente linguagem específica em termos de género, a tradução deverá respeitar essa intenção. Reveste-se, por isso, da maior importância que os autores de textos no Parlamento estejam plenamente cientes dos princípios da linguagem neutra do ponto de vista do género.

4

No que diz respeito à interpretação, os serviços do Parlamento encontram-se genuinamente empenhados em utilizar uma linguagem neutra do ponto de vista do género e em aderir aos princípios conexos da não discriminação, do reconhecimento e da igualdade. Assim sendo, as presentes orientações estão disponíveis em linha e fazem parte integrante do material de preparação de reuniões destinado aos intérpretes. Embora os intérpretes tenham conhecimento das normas próprias da linguagem neutra do ponto de vista do género nas respetivas línguas de trabalho, existem certos condicionalismos, como a rapidez das intervenções, a necessidade de respeitar a autoria do discurso e as intenções do orador, sem interferir no conteúdo, bem como as particularidades da linguagem falada em relação à linguagem escrita, que podem por vezes dificultar a utilização de linguagem neutra do ponto de vista do género na interpretação simultânea, uma atividade caracterizada por um ritmo acelerado e uma grande intensidade.



2. ESPECIFICIDADES DO PARLAMENTO

Estas orientações devem refletir dois aspetos específicos da atividade do Parlamento: em primeiro lugar, o seu ambiente de trabalho multilingue e, em segundo lugar, o seu papel enquanto legislador europeu.

a) Contexto multilingue

No ambiente multilingue do Parlamento Europeu, os princípios da neutralidade de género na linguagem e da linguagem inclusiva do ponto de vista do género implicam o recurso a diferentes estratégias nas várias línguas oficiais, em função das respetivas tipologias gramaticais.

No que diz respeito à forma como o género gramatical se expressa nas línguas oficiais da União, podem distinguir-se três tipos de línguas e respetivas estratégias para assegurar a neutralidade de género:

- **Línguas de género natural** (por exemplo, o dinamarquês, o inglês e o sueco), em que os substantivos são, na sua maioria, neutros do ponto de vista do género e em que existem pronomes pessoais específicos para cada género. A tendência geral nestas línguas consiste em reduzir, tanto quanto possível, a utilização de termos específicos quanto ao género. A estratégia linguística mais utilizada é, por conseguinte, a da neutralização. A fim de evitar referências ao género, é possível utilizar termos neutros do ponto de vista do género, isto é, palavras que se aplicam a qualquer género e designam pessoas em geral, sem qualquer referência a mulheres ou a homens (em inglês, o termo *chairman* é substituído por *chair* ou por *chairperson*, os termos *policeman* e *policewoman* são substituídos por *police officer*, o termo *spokesman* é substituído por *spokesperson*, o termo *stewardess* é substituído por *flight attendant*, os termos *headmaster* e *headmistress* são substituídos por *director* ou *principal*, etc.). Esta tendência para a neutralidade de género conduziu ao desaparecimento das antigas formas femininas, tendo a anterior forma masculina acabado por se tornar comum aos dois sexos (por exemplo, em inglês, *actor*, em vez de *actress*). Outra das estratégias para a utilização de uma linguagem inclusiva do ponto de vista do género consiste, por exemplo, na substituição da referência genérica *he* por *he or she*.

- **Línguas com marca de género** (como o alemão, as línguas românicas e as línguas eslavas), nas quais os substantivos variam em género e o género dos pronomes pessoais geralmente corresponde ao género do nome ao qual se referem. Dado que, do ponto de vista lexical, é praticamente impossível criar, a partir de palavras existentes nessas línguas, soluções neutras do ponto de vista do género suscetíveis de serem amplamente aceites, optou-se pela procura de abordagens alternativas, cuja utilização se recomenda na linguagem administrativa e política.

A feminização (isto é, a utilização de termos femininos correspondentes aos masculinos, ou a utilização de ambos os termos) é uma abordagem cada vez mais recorrente nestas línguas, nomeadamente em contextos profissionais, como na denominação de cargos ocupados por mulheres. Uma vez que, tradicionalmente, a maioria das profissões é gramaticalmente de género masculino, salvo um reduzido número de exceções – que, em geral, dizem respeito a



trabalhos tradicionalmente femininos, como, por exemplo, *nurse* ou *midwife* – tem prevalecido um sentimento de discriminação particularmente forte. Tal conduziu à criação e à crescente utilização de termos equivalentes de género feminino para a quase totalidade das funções do género masculino (*Kanzlerin, présidente, sénatrice, assessora*, etc.). Além disso, a substituição do masculino genérico por formas duplas em determinados contextos (*tutti i consiglieri e tutte le consigliere*) tem vindo a ganhar aceitação em muitas línguas.

Por conseguinte, a utilização de termos genéricos masculinos deixou de ser a norma absoluta, incluindo em atos legislativos. Por exemplo, na versão alemã do Tratado de Lisboa, o termo genérico *cidadãos* surge igualmente redigido na seguinte forma: *Unionsbürgerinnen und Unionsbürger*.

- **Línguas sem marca de género** (como o estónio, o finlandês e o húngaro), nas quais não existe género gramatical, nem género pronominal. Em regra, essas línguas não necessitam de estratégias particulares para serem inclusivas do ponto de vista do género, à exceção de casos muito específicos enunciados nas orientações específicas para essas línguas.

b) O Parlamento Europeu enquanto legislador

O modo como o princípio da sensibilidade de género na linguagem se reflete num texto também depende fortemente do tipo e do registo do texto em causa.

Os autores devem ser suficientemente cuidadosos para garantir que a solução escolhida seja apropriada ao tipo de texto e às futuras utilizações que dele sejam feitas e, ao mesmo tempo, assegurar a visibilidade de todos os géneros.

6

Por exemplo, o que pode ser apropriado num discurso (*Ladies and Gentlemen*) ou numa forma direta de tratamento de alguém (*Dear Sir or Madam* no início de uma carta) não respeitará necessariamente os requisitos formais dos textos legislativos, que devem ser claros, simples, precisos e coerentes, e não se prestam a certas soluções que visam a neutralidade de género e podem ser geradoras de ambiguidade relativamente às obrigações constantes do texto (como alternar entre as formas de masculino e feminino para o pronome genérico, ou usar apenas a forma feminina em alguns documentos e apenas a forma masculina noutros).

Na redação de atos legislativos, convém evitar, tanto quanto possível, a utilização de linguagem não inclusiva do ponto de vista do género, em particular do masculino genérico, sem deixar de respeitar o requisito de clareza. Vários órgãos legislativos dos Estados-Membros já procederam à adoção de recomendações que vão neste sentido.



QUESTÕES COMUNS À MAIORIA DAS LÍNGUAS

Alguns dos seguintes aspetos são comuns à maioria dos idiomas, embora, quando se trata de evitar linguagem sexista, as formas específicas variem consoante as línguas.

1. UTILIZAÇÃO GENÉRICA DO GÉNERO MASCULINO

Na maioria das línguas com marca de género, constitui convenção gramatical o facto de, sempre que os coletivos combinem ambos os sexos, o masculino ser utilizado como forma «inclusiva» ou «genérica», ao passo que o feminino é «exclusivo», isto é, refere-se exclusivamente a mulheres. Esta utilização genérica ou neutralizadora do género masculino tem vindo a ser cada vez mais entendida como discriminatória para as mulheres.

Para evitar uma tal utilização genérica, a maioria das línguas com marca de género desenvolveu estratégias próprias. As estratégias aplicáveis são descritas nas orientações específicas no final da brochura. Convém evitar o recurso a soluções que prejudiquem a legibilidade dos textos, tais como as formas combinadas (*s/he*, *him/her*).

Convém, além disso, desencorajar a utilização – recorrente em muitas línguas – da palavra *man* numa grande variedade de expressões idiomáticas que se referem tanto a homens como a mulheres, como é o caso de *manpower*, *layman*, *man-made*, *statesmen*, *committee of wise men*. De um modo geral, é possível conferir a tais expressões neutralidade em termos de género através de uma crescente sensibilização.

A combinação de várias estratégias (cf. as orientações específicas) permitirá, na maior parte dos casos, aplicar aos textos do Parlamento o princípio da neutralidade e da equidade em termos de género.

2. NOMES DE PROFISSÕES E FUNÇÕES

Nos textos do Parlamento, as línguas de género natural e as línguas sem marca de género dão primazia a termos genéricos sempre que é feita referência a **funções**, podendo a forma masculina ser utilizada a título excecional no caso das línguas com marca de género (por exemplo, *chaque député ne peut soutenir qu'une candidature*).

Quando o género da pessoa for relevante para o caso concreto, ou quando se fizer referência a **pessoas específicas**, devem ser utilizados termos específicos do ponto de vista do género, em especial no caso das línguas com marca de género (*la haute représentante de l'Union pour les affaires étrangères et la politique de sécurité*). Em termos gerais, o desejo da pessoa quanto à forma de tratamento deve ser respeitado (por exemplo, *Madame le Président* ou *Madame la Présidente*).

Os anúncios de vagas devem ser redigidos de forma inclusiva em termos de género, a fim de incentivar a participação, tanto de homens, como de mulheres.



3. FORMAS DE TRATAMENTO

Em algumas línguas (como o francês e o alemão), as formas de tratamento como *Madame*, *Mademoiselle*, *Frau* or *Fräulein* indicavam tradicionalmente o estado civil da mulher a que se referiam. Esta prática tem evoluído ao longo dos tempos, tendo as referidas formas de tratamento deixado de refletir o estado civil da pessoa. As práticas administrativas também têm seguido esta tendência. Por exemplo, nos países francófonos, o título *Mademoiselle* tem sido progressivamente retirado dos formulários administrativos, sendo apenas possível escolher entre *Madame* e *Monsieur*. Regra geral, nos textos do Parlamento, títulos como *Monsieur*, *Frau*, *Ms*, etc. são simplesmente omitidos e substituídos pelo nome completo da pessoa.



CONCLUSÕES

O Parlamento está empenhado em velar pela igualdade de género e pela não discriminação com base no género. Uma das formas de cumprir este compromisso reside na utilização de uma linguagem sensível à dimensão de género. Em virtude da diversidade de línguas e de culturas representadas no Parlamento, não existe uma solução única a este respeito, sendo necessário encontrar soluções apropriadas para cada contexto específico, tendo em conta os parâmetros linguísticos e culturais correspondentes. Na segunda parte destas orientações são apresentadas soluções práticas para o português.

No âmbito dos esforços empreendidos para alcançar uma linguagem neutra do ponto de vista do género, é necessário ter em consideração o papel do Parlamento enquanto legislador europeu. Assim, nem todas as soluções que seriam aplicáveis noutros âmbitos podem ser utilizadas no contexto da legislação, uma vez que a legislação exige clareza, simplicidade, precisão e coerência.

Uma linguagem isenta de preconceitos tem mais possibilidades de ser aceite pelos utilizadores se for natural e não ostensiva. Cumpre encontrar alternativas verdadeiramente neutras e inclusivas e respeitar, ao mesmo tempo, a natureza multilingue que caracteriza o ambiente de trabalho do Parlamento e as regras específicas pelas quais se rege a redação legislativa. As presentes orientações pretendem ser uma fonte de inspiração para os serviços administrativos do Parlamento quanto a este desígnio.



ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O PORTUGUÊS

Verifica-se atualmente a necessidade de adequar as práticas linguísticas às políticas que visam alcançar a igualdade e a não-discriminação de género, nomeadamente através de uma representação correlativa e simétrica de género na linguagem.

Para este efeito, e uma vez que na língua portuguesa não existe o género neutro, apresenta-se nestas orientações um conjunto de estratégias de linguagem e de técnicas de redação que permitem conferir visibilidade e simetria às representações de género, ou, conforme for mais adequado, conseguir uma neutralização ou abstração da referência do género.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Em virtude da riqueza linguística e cultural da língua portuguesa, é possível, dentro da normal utilização das regras gramaticais do português, tentar encontrar soluções que contribuam para conferir uma igual visibilidade de género no discurso ou uma abstração à referência ao género, conforme for mais adequado.

As presentes orientações devem, no entanto, ser interpretadas à luz dos princípios gerais de redação dos atos jurídicos da União. Tal significa que o objetivo primordial de garantia de qualidade da redação é prevalecente, devendo todos os atos do Parlamento Europeu cumprir antes de mais as exigências de clareza, simplicidade e precisão, que permitem que os seus destinatários possam conhecer os seus direitos e obrigações sem quaisquer ambiguidades.

Na língua portuguesa, a utilização exclusiva do masculino para designar um conjunto de homens e mulheres constitui a regra. Do ponto de vista prático, verifica-se que esta regra pode conduzir a representações mentais exclusivamente masculinas, uma vez que não permite identificar de forma imediata os géneros que compõem o conjunto.

Por princípio, deverá evitar-se o masculino genérico sempre que daí possa resultar um discurso manifestamente sexista. Para além destas situações extremas, a utilização do masculino genérico deverá ser tendencialmente preterida a favor de técnicas que permitam fazer referência genérica a pessoas sem especificar o género (termos genéricos), ou, consoante o contexto, destacando todos os géneros de forma igual, conforme referido nos pontos seguintes.



A. UTILIZAÇÃO DE TERMOS GENÉRICOS, COLETIVOS E ABSTRATOS

Sugere-se a utilização de termos genéricos que permitam evitar a utilização de termos específicos quanto ao género e que podem tomar a forma de:

- Nomes sobrecomuns, isto é, nomes com um só género gramatical para designar pessoas, qualquer que seja o seu género.

Exemplos:

Poderá utilizar-se a expressão «A classe política», em vez de «Os políticos»;

Poderá utilizar-se a expressão «As pessoas interessadas», em vez de «Os interessados»;

Poderá utilizar-se a expressão «As entidades licitadoras», em vez de «Os licitadores»;

Poderá utilizar-se a expressão «O corpo docente», em vez de «Os professores»;

Poderá utilizar-se a expressão «O pessoal de enfermagem», em vez de «Os/As enfermeiros/as»;

Poderá utilizar-se a expressão «O pessoal de limpeza», em vez de «Os/As empregados/as de limpeza».

- Nomes coletivos ou nomes que representam instituições/organizações, sempre que não for necessário designar uma determinada pessoa enquanto titular de um cargo ou de uma função.

Exemplos:

Poderá utilizar-se a expressão «As pessoas responsáveis pela supervisão», em vez de «Os supervisores»;

Poderá utilizar-se a expressão «A direção», em vez de «Os diretores»;

Poderá utilizar-se a expressão «A gerência», em vez de «Os gerentes».

B. SUBSTITUIÇÃO DE NOMES POR PRONOMES INVARIÁVEIS E FRASES PASSIVAS

Sugere-se a substituição de formas marcadas quanto ao género por pronomes invariáveis ou por frases passivas.

Exemplos:

Poderá utilizar-se a expressão «Quem proceder à apresentação de um requerimento deve...», em vez de «Os requerentes devem...»;

Poderá utilizar-se a expressão «As candidaturas devem ser enviadas até...», em vez de «Os candidatos devem enviar as suas candidaturas até...»;

Poderá utilizar-se a expressão «A sentença será proferida...», em vez de «O juiz proferirá a sentença».



C. UTILIZAÇÃO GENÉRICA DO TERMO «HOMEM»

Nas referências ao género humano no seu todo, poderão utilizar-se expressões como «a humanidade», «o ser humano», «a sociedade» ou «as pessoas», em vez do termo «homem». De igual forma, poderá utilizar-se o adjetivo «humano», em vez de «do homem». Neste ponto, constitui exceção a expressão «direitos do homem», utilizada em muitos textos jurídicos, a qual se refere a um conceito político e filosófico com um importante cunho histórico. Veja-se, a título de exemplo, a «Convenção Europeia dos Direitos do Homem» e o «Tribunal Europeu dos Direitos do Homem». Verifica-se, no entanto, que a expressão «direitos do homem» tem vindo a ser progressivamente substituída por «direitos humanos».

D. DENOMINAÇÃO DE PROFISSÕES E FUNÇÕES

No caso de titulares de cargos ou funções deverá utilizar-se o masculino ou o feminino, consoante os casos específicos.

Exemplos:

O presidente – A presidente
O deputado – A deputada
O questor – A questora
O relator – A relatora
O chefe de unidade – A chefe de unidade
O assistente – A assistente

12

Em caso de desconhecimento do nome próprio ou do cargo, deverá recorrer-se à Internet para obter o nome próprio ou o cargo da pessoa em causa.

E. FORMAS DE TRATAMENTO

Deverá evitar-se, tanto quanto possível, o uso de Senhor/Senhora (Sr./Sr.ª), designando as pessoas pelo nome próprio e pelo apelido ou apelidos (eventualmente precedidos ou seguidos do respetivo cargo).

Exemplos:

«Alocação de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa»;
«Intervenção de Danuta Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais».

Publicação consultada:

Abranches, Graça (2009). *Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na administração pública*. Trilhos da Igualdade. Lisboa. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

